

# Entre Eborá e Évora, os múltiplos reflexos do passado

ANDRÉ CARNEIRO  
Universidade de Évora  
ampc@uevora.pt

Évora é uma cidade de múltiplos paradoxos. Claro que todas as têm, qualquer cidade vive dos seus contrastes e da sua diversidade, sendo assim que se constroem os fascínios e singularidades que cada uma possui. Mas poucas transportam um momento histórico que as marca para sempre, uma herança que se reconfigura com o tempo e que se encontra presente, como um fantasma que nos acompanha, embora nunca visível nem se deixando conhecer. E sobretudo, talvez nenhuma cidade traga consigo os feitos de um passado glorioso que já quase ninguém recorda, mas que ficam cristalizados no tecido urbano, embora ocultos e ignorados aos olhos de quem vive ou visita essa cidade. Afinal, Évora é a cidade onde encontramos o templo romano mais bem preservado de Portugal, mas onde pouco mais podemos ver dessa época; Évora é a cidade que mereceu a primeira monografia histórica portuguesa, mas onde hoje não existe um único livro ou texto de síntese sobre o seu passado; é a cidade onde melhor se concretizou o humanismo renascentista português, mas onde não existe a divulgação consistente da sua história.

Évora, cidade-museu, foi declarada Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 1986. A razão centra-se na harmonia do seu centro histórico, onde coexistem múltiplos edifícios de variadas épocas, desde o monumental templo que coroa o fórum da *urbs*, até à Sé Catedral, cuja construção original se inicia em 1186, e à emblemática Capela dos Ossos, construída no século XVI junto à igreja de S. Francisco. Mas o encanto de Évora baseia-se sobretudo na forma como a cidade se foi construindo com a notável capacidade de incorporar o passado nos novos projectos, na reciclagem de elementos antigos nas novas construções, na harmoniosa coabitação de edifícios de variadas épocas que transformam a cidade no catálogo vivo de arquitectura e urbanismo multissecular. Passeando pelas ruas vemos pátios árabes, ruas medievais, solares do século XVIII ladeando igrejas ou casas de arquitectura tradicional alentejana. Esta harmoniosa convivência tem, contudo, uma origem bem marcada: a fundação romana.

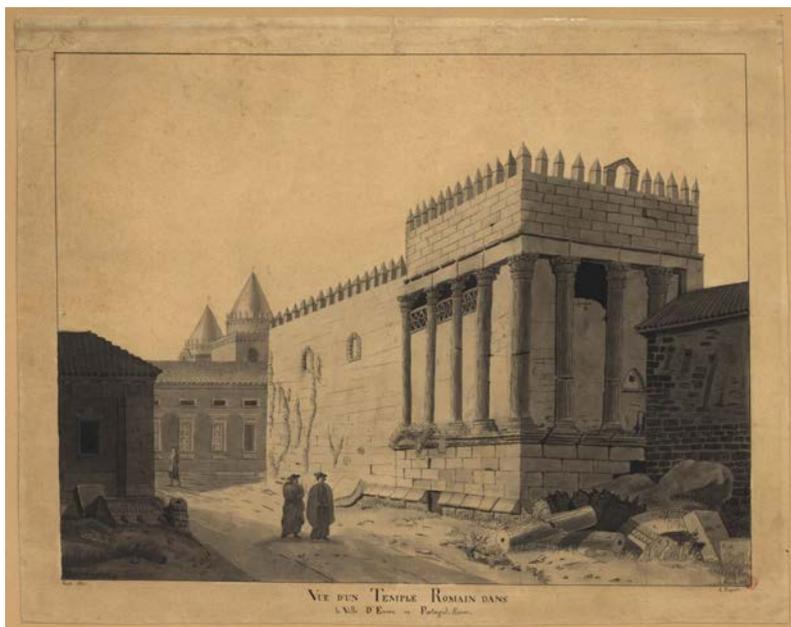


Fig. 1. Capa do *Eborá Colonia Romana*, foral de 1501

*Eborá Liberalitas Iulia* foi fundada em momento indeterminado do século I a.C., possivelmente em torno a 44. O nome encontra-se atestado pela legenda *LIB. IVL.* em canalizações de chumbo. Apesar do topónimo presumir uma fundação celta (são recorrentes as lendas sobre os *Eburones*), as intervenções arqueológicas permitem pensar que foi fundação *ex novo*. Trata-se de uma *urbs* de dimensões relativamente modestas (a muralha tardo-antiga não tem mais de 12 hectares, e não se conhece o tecido urbano exterior) subordinada a *Pax Iulia* (Beja), embora com uma precoce ascensão a *municipium* em torno a 12 a.C., e com uma elite notavelmente activa, que chegou a desfrutar de grandes privilégios.

Após o século IV, a cidade entra numa longa letargia, da qual é exemplo o sucedido na praça do fórum, onde o pavimento de mármore irá ser espoliado e perfurado para silos em época islâmica. O templo será incorporado na muralha medieval, ficando oculto sob a alvenaria, e funcionará como anexo da Inquisição e como matadouro municipal. O passado romano, contudo, será o emblema da cidade: *Eborá Colonia Romana*, lê-se na capa do foral de 1501. Será esta memória que alimenta o ressurgimento: entre 1532 e 1537, o rei D. João III irá instalar a corte régia na cidade. Este gesto é o reconhecimento de uma dinâmica interna:

com uma notável geração de intelectuais, atravessa um momento de renovação, de grandes obras e ambiciosos projectos, dos quais a fundação da Universidade - a segunda em Portugal - é um exemplo, com o objectivo de se tornar a capital do reino. Entre os protagonistas destaca-se André de Resende: após um périplo pela Europa que lhe permitiu conviver com os mais destacados intelectuais do tempo, Resende será o introdutor do Humanismo em Portugal, escrevendo a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* (1548), a primeira monografia histórica dedicada a uma cidade portuguesa, ao jeito do que então se fazia nas repúblicas italianas. A urbe romana será descrita de um modo idealizado, mítico, fruto da presumida glória que obteve. Nesta perspectiva, a acção de D. João III restaura a dignidade perdida, e o monarca insere-se na linhagem destes brilhantes vultos históricos. Mas a leitura vai mais além: tal como os imperadores romanos construíram um insigne projecto globalizante, assim o rei está a partir da urbe eborense para o domínio universal (em época da Expansão e dos Descobrimentos): *CONDITIO SVB IMPERIO DIVI INOANNIS III PATRIS PATRIAE*, lê-se no lintel da fachada da igreja da Graça, projecto do arquitecto Miguel de Arruda, e hoje um dos mais esquecidos monumentos da cidade.



Esta memória cai no esquecimento com a perda da independência, e Évora volta a uma longa letargia. Em meados do século XIX, a influência dos ideais liberais desperta de novo a cidade: perante a iminente demolição das ruínas do velho templo romano, a elite intelectual irá resgatá-lo, promovendo as primeiras escavações urbanas planeadas em Portugal, por intermédio do bibliotecário Joaquim da Cunha Rivara, e depois pela reconstituição do seu plano original, através do arquitecto e cenógrafo Giuseppe Cinatti. Daí para cá, o templo ficará a ocupar o seu lugar emblemático na acrópole da cidade, onde ainda hoje é o principal atractivo na visita ao centro histórico. Contudo, permanece isolado, pois da época romana poucos outros testemunhos estão visíveis, e a maioria, englobados e ocultos na dinâmica posterior: as muralhas tardo-antigas estão parcialmente visíveis, em especial no arco de Santa Isabel e uma fracção do edifício balnear foi incorporada numa sala dos actuais Paços do Concelho, sendo resgatada por uma intervenção arqueológica na década de oitenta. Embora sempre presente no imaginário local, *Ebora Liberalitas Iulia* ainda se esconde sob as ruas.

